

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONCELHO DE VALONGO

2024 - 2028



Ficha técnica

Título Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo 2024 - 2028

Versão final Julho de 2024

Equipa de trabalho

Maria do Rosário Jorge (Coord. técnica)

Alexandra Aníbal

João Fernandes

Este trabalho contou com a colaboração da Câmara Municipal de Valongo:

Divisão de Inovação Social / Unidade de Apoio à Rede Social

Ana Eugénia Sousa

Fátima Azevedo

Filipa Espinheira

Ana Moreira

Membros do Conselho Local de Ação Social de Valongo

Turnaround Social, Lda.

Rua Castilho, 59 - 2º Esq.

1250-068 Lisboa

Rua do Heroísmo, 139 - 3º Esq.

4300-258 Porto

Tel.: 351 225106315

Email: geral@turnaround.pt

www.turnaround.pt

Documento aprovado em Plenário do CLAS de 16 de julho.

Índice

	Pág.
Introdução	5
Capítulo 1. Diagnóstico Social (2024): os principais desafios e eixos de intervenção prioritária	6
Capítulo 2. Metodologia	9
Capítulo 3. A Rede Social de Valongo - contextualização e situação atual	10
Capítulo 4. Eixos de intervenção prioritários	11
4.1. Educação, qualificações e empregabilidade	11
4.2. Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma	13
4.3. Integração e coesão social de populações especialmente vulneráveis	16
4.4. Cidadania, organizações e trabalho em rede	22
Capítulo 5. Avaliação e monitorização do Plano de Desenvolvimento Social	23
Considerações finais	24
Fontes de informação	25
Anexos	26

Índice de tabelas

	Pág.
Tabela 1. Problemas identificados e objetivos do Eixo 1 - Educação, Qualificações e Empregabilidade	12
Tabela 2. Problemas identificados e objetivos do Eixo 2 – Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma	14
Tabela 3. Problemas identificados e objetivos transversais às diversas populações especialmente vulneráveis	17
Tabela 4. Problemas identificados e objetivos na área da saúde mental	19
Tabela 5. Problemas identificados e objetivos associados à população em situação de sem-abrigo	19
Tabela 6. Problemas identificados e objetivos na área da violência doméstica e da identidade de género	20
Tabela 7. Problemas identificados e objetivos associados à população com diversidade funcional ou em situação de dependência	21
Tabela 8. Problemas identificados e objetivos associados às pessoas migrantes	21
Tabela 9. Problemas identificados e objetivos do Eixo 4 – Cidadania, organizações e trabalho em rede	22

Introdução

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), conforme previsto pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, tem como objetivo fundamental enquadrar as decisões e intervenções para a promoção do desenvolvimento social, constituindo um instrumento de políticas sociais que vincula todas as entidades com intervenção social no concelho de Valongo.

Deste modo, o PDS pretende traçar linhas orientadoras para uma visão estratégica simultaneamente desejável e realista, definir objetivos e metas, identificar indicadores e iniciar uma programação de etapas, medidas e iniciativas. O documento resulta de um entendimento concertado por todas as entidades, atendendo aos princípios do trabalho em rede, da responsabilização coletiva e da otimização, rentabilização e racionalização de recursos.

Assim, trata-se de um documento elaborado segundo uma metodologia que garante a participação ativa de representantes das entidades da Rede Social, mas também de atores externos cujos contributos pretenderam acrescentar profundidade ao pensamento estratégico. Esse trabalho de negociação e definição conjunta de prioridades e objetivos não esquece, contudo, os objetivos de coesão e progresso social afirmados em estratégias nacionais ou internacionais que vinculam a nossa sociedade.

O documento assume, como ponto de partida, as principais conclusões do Diagnóstico Social do concelho de Valongo e propõe quatro eixos de intervenção prioritária, sobre os quais se gerou um debate alargado e participado sobre recursos a mobilizar, compromissos, objetivos e indicadores a monitorizar, com vista à transformação da realidade e à promoção da coesão e bem-estar sociais.

Num último momento, o documento versa sobre os procedimentos de acompanhamento da concretização do Plano de Desenvolvimento Social e das suas orientações, que devem continuamente ser desenvolvidos, bem como de avaliação do mesmo após o seu período de vigência.

Capítulo 1. Diagnóstico Social (2024): os principais desafios e eixos de intervenção prioritária

A elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo (2024) envolveu a análise de informação estatística recolhida de diversas fontes e, complementarmente, a análise dos contributos das entidades participantes no CLAS - Conselho Local de Ação Social (ver Anexo 1 – Lista de entidades do CLAS de Valongo). O resultado desse trabalho é um documento que reflete uma compreensão ampla sobre os principais desafios, dificuldades e oportunidades que se colocam à intervenção na comunidade dos diferentes atores sociais que dedicam o seu trabalho quotidiano a um conjunto amplo de públicos.

A análise de todos os tipos de informação recolhida pretendeu identificar as populações vulneráveis com maiores necessidades de apoio social e, assim, definir eixos de intervenção prioritária para os próximos anos. Contudo, em áreas diversas, esse exercício de identificação enfrentou sérias dificuldades, entre as quais se destaca a impossibilidade de determinar o efetivo das populações com deficiência ou incapacidade ou em situação de sem-abrigo. Esta dificuldade pode comprometer o diagnóstico das necessidades reais existentes e o dimensionamento das respostas devidas.

Congregando a totalidade da informação produzida e analisada, são vários os desafios que parecem destacar-se. O primeiro deles relaciona-se estreitamente com a educação e formação. Embora a população residente não revele uma tendência de rejuvenescimento ou mesmo de renovação da população em idade ativa, não se esperando um aumento assinalável de população em idade escolar, sobressaem os desafios crescentes ao nível de educação inclusiva, ao nível da exigência de aumento da capacidade de oferta de creche, de amas e de educação pré-escolar, ou ao nível de formação profissional adequada a um tecido económico em permanente transformação, numa região metropolitana de forte dinamismo. A gestão e a manutenção dos equipamentos escolares, o recrutamento de recursos humanos em número suficiente e com o perfil adequado para as escolas e o maior envolvimento dos encarregados/as de educação no processo educativo e na comunidade escolar são outros dos desafios assumidos, aos quais acresce a valorização remuneratória das qualificações mais elevadas.

A segunda temática com notáveis desafios é a que se relaciona com o envelhecimento da população. Embora de forma menos crítica do que concelhos vizinhos, Valongo não se afasta da tendência geral de envelhecimento da população em Portugal. Essa tendência demográfica transporta consigo desafios ao nível do acesso a cuidados de saúde, à prestação de cuidados continuados, ao nível do envelhecimento ativo, tendo permanentemente em consideração situações de carência material, isolamento, dependência e frequente invisibilidade da população mais velha. As respostas existentes revelam taxas de ocupação muito elevadas e as entidades com trabalho social junto desse público admitem dificuldades profundas na ampliação dessa capacidade ou na criação de respostas de longo prazo com sustentabilidade financeira

assegurada. As profissões ligadas ao cuidado junto da população idosa sentem uma reduzida valorização social, são praticados salários baixos para o nível de desgaste que sofrem e reconhece-se que o Estatuto do Cuidador Informal ainda está distante de uma implementação plena que assegure, entre outros, o direito ao descanso por parte do cuidador.

Além dos desafios associados à educação e à formação profissional, cujas respostas terão, como público prioritário, os grupos etários mais jovens, e dos desafios associados ao envelhecimento da população residente, identificou-se um conjunto vasto de populações particularmente vulneráveis. São elas as pessoas com deficiência ou em situação de dependência, as pessoas em situação de sem-abrigo, as pessoas com comportamentos aditivos, com doenças do foro mental, as vítimas de violência ou a população estrangeira. Cada uma destas populações apresenta necessidades específicas e encontra-se num nível muito elevado de vulnerabilidade social, merecendo uma atenção prioritária por parte das entidades com intervenção no território, no sentido da mobilização dos recursos adequados e da criação de respostas eficazes.

Um problema transversalmente identificado é a limitada capacidade de investimento em equipamentos e na expansão da capacidade de resposta. O recurso a linhas de financiamento é parte da solução, mas a demora no reembolso de projetos cofinanciados cria fortes reservas nas entidades. Deste modo, o aumento do investimento público no setor social pode ser um caminho para o reforço de capacidade, quer através da criação de novos equipamentos e respostas, quer através da valorização das profissões. Adicionalmente, o valor transferido pela Segurança Social para as respostas acordadas não permite o pagamento de salários mais elevados, que facilitariam a fixação dos recursos humanos.

Marca dominante da intervenção das entidades é o seu funcionamento em rede, particularmente em situações de emergência. No entanto, se, por um lado, as redes permitem criar sinergias fundamentais para encontrar respostas para os problemas das populações, por outro lado, as redes existentes têm um carácter muito informal, funcionando pontualmente e, frequentemente, à custa de algum voluntarismo dos dirigentes e dos técnicos das entidades.

Reconhecendo a importância e a capacidade de influência de todos os atores sociais que, de algum modo, intervêm no domínio da ação social, assume-se como prioridade não só a melhoria do trabalho em rede das várias entidades presentes no território, mas também a multiplicação e reinvenção dos mecanismos de auscultação e participação da cidadania, quer no diagnóstico dos problemas e desafios que a comunidade enfrenta, quer na busca de soluções e na mobilização de recursos para construir novas respostas e encontrar novos caminhos.

Outra questão que domina as preocupações das entidades, mesmo que não corresponda à sua missão, é a necessidade de reforçar a resposta pública no domínio da habitação. A descida do preço da habitação é um requisito para a solução de vários problemas identificados: a dificuldade de fixação de profissionais, a autonomização de vítimas de violência, de jovens na entrada na vida ativa ou de pessoas em situação de sem-abrigo ou a crescente vulnerabilidade social

decorrente do aumento do custo de vida. Habitação mais acessível é um fator de inclusão e integração social das populações mais vulneráveis, permitindo também um desenvolvimento mais saudável de crianças e jovens.

A insuficiência de respostas institucionais, que ofereçam soluções adequadas às necessidades das populações mais vulneráveis, pode potenciar o surgimento de respostas ilegais, sem garantias de condições adequadas à prestação de cuidados. Tal pode acontecer em situações tão díspares como o cuidado de idosos/as em lares ilegais com condições precárias; a existência de amas não certificadas; o alargamento de arrendamentos ilegais e a sobreocupação de habitações; a exploração de mão-de-obra em trabalhos com más condições salariais e direitos laborais; entre outras.

O tema da saúde mental surge também de forma transversal nas várias áreas de intervenção, quer se trate dos contextos escolares, quer das populações com particular vulnerabilidade social. O reconhecimento da necessidade de promover a integração do setor da saúde com o setor social parece ser consensual entre as diferentes entidades.

A produção destes resultados, mediante a elaboração do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, permitiu destacar os seguintes eixos de intervenção prioritários que serão objeto de reflexão neste Plano de Desenvolvimento Social:

1. Educação, qualificações e empregabilidade;
2. Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma;
3. Integração e coesão social de populações especialmente vulneráveis;
4. Cidadania, organizações e trabalho em rede.

A interrelação de muitas áreas de intervenção social determina que estes quatro eixos, em muitos dos seus objetivos e medidas de ação, se cruzem em diversos momentos. Se é certo que alguns dos problemas identificados alimentam outros problemas, é igualmente certo que algumas estratégias de desenvolvimento social devem responder simultaneamente a mais do que um problema.

Os diversos objetivos estratégicos identificados neste PDS têm por base o levantamento de problemas que se relacionam com cada um dos eixos de intervenção prioritários. Para os vários objetivos descritos serão definidas, num futuro Plano de Ação, as medidas que constituirão uma solução consensualizada pelos diferentes parceiros de intervenção social.

Capítulo 2. Metodologia

As opções metodológicas em que assenta a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social 2024-2028 permitem responder aos objetivos de um documento estratégico e devidamente participado. É igualmente de salientar que na elaboração deste documento se considera a informação sobre a realidade do Concelho em matéria de intervenção social, oriunda do Diagnóstico Social do Concelho de Valongo 2024 e, simultaneamente, procura-se compreender os problemas e as prioridades de intervenção das entidades parceiras que se encontram no terreno e desenvolvem a sua atividade junto das populações-alvo. Pretende-se com esta metodologia garantir que a reflexão se baseia na experiência das entidades, avaliando o que está a ser realizado, e definir prioridades e estratégias que promovam a melhoria da intervenção.

Deste modo, a abordagem metodológica assenta na realização de reuniões com as diferentes entidades do CLAS, seguindo a metodologia de *Design Thinking*, considerada como a mais adequada na validação dos problemas identificados e na procura de soluções e medidas de ação para os problemas. Com esta técnica pretendeu-se, antes de mais, garantir a participação das entidades parceiras na validação dos problemas, objetivos e ações. Neste sentido, os eixos de intervenção prioritária destacados no Diagnóstico Social do Concelho de Valongo 2024 constituíram um importante ponto de partida, funcionando como critério para a definição dos grupos de reflexão.

As reuniões decorreram entre 5 e 9 de fevereiro no Concelho de Valongo e juntaram cerca de 44 participantes distribuídos pelas seguintes sessões temáticas (v. Anexo 2 - Lista de Participantes nas sessões de *Design Thinking*):

1. Qualificações e empregabilidade;
2. Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma;
3. Educação;
4. Populações especialmente vulneráveis.

O Eixo IV - Cidadania, Organizações e Trabalho em Rede esteve presente em todas as sessões, de forma transversal. Cada uma das sessões foi organizada de acordo com a seguinte estrutura:

- I Parte - Apresentação, funcionamento da sessão e dinâmica de quebra-gelo.
- II Parte - Validação dos problemas identificados no Diagnóstico Social e levantamento de outros problemas. Avaliação dos problemas identificados de acordo com critérios de Valor e Complexidade/Esforço. Seleção dos problemas que devem ser discutidos e para os quais se devem encontrar soluções.
- III Parte - Discussão das soluções e das medidas de ação.

Capítulo 3. A Rede Social de Valongo - contextualização e situação atual

A Rede Social¹ corresponde a um conceito de intervenção na comunidade que convoca os instrumentos, os recursos e os esforços das várias entidades (de natureza pública ou privada) com ação no território, com vista à obtenção de resultados no âmbito de uma estratégia coletiva de erradicação ou mitigação da pobreza, de coesão social e de redução de assimetrias. A colaboração de todas as entidades é uma prática de otimização de meios e de produção dos melhores resultados, conhecidas as potencialidades, o valor e o papel desempenhado na comunidade por cada agente social, sob uma lógica de compromisso coletivo.

Entre os objetivos declarados da Rede Social encontram-se o combate às diversas formas de pobreza e exclusão social, a mitigação dos fatores de pobreza, a promoção do desenvolvimento social numa perspetiva integrada, o acompanhamento da concretização de objetivos e estratégias de documentos supramunicipais ou nacionais que vinculam o território do concelho, a criação de canais ou mecanismos regulares de comunicação e de transmissão de conhecimento entre parceiros ou a colaboração em rede com vista a uma melhor cobertura territorial das diversas respostas sociais implantadas.

O CLAS de Valongo é o órgão que, localmente, corporiza esse esforço de congregação de recursos, afirmando-se como um espaço privilegiado de diálogo, de partilha de informações e de debate analítico dos desafios, promovendo a prossecução dos objetivos acima referidos.

Na sua composição estão reunidas entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, com intervenção direta ou indireta no domínio social e que expressaram livremente o seu desígnio de participar no CLAS. Atualmente, cerca de cinco dezenas de entidades são membros ativos do CLAS (v. Anexo 1), possuindo naturezas muito diversas: desde entidades públicas (como o Município de Valongo, os Presidentes das quatro Juntas de Freguesia, o Instituto da Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, os agrupamentos de escolas ou as forças de segurança), a entidades do setor privado e social (com especial destaque para Instituições Particulares de Solidariedade Social, outras associações e empresas de várias áreas de atividade).

¹ A Rede Social foi criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e encontra-se regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, que define o seu funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, entre os quais o Plano de Desenvolvimento Social.

Capítulo 4. Eixos de intervenção prioritários

A seguir são apresentados os problemas e objetivos (estratégicos e específicos) para o concelho de Valongo, de acordo com os eixos de intervenção prioritários definidos anteriormente.

4.1. Educação, qualificações e empregabilidade

No primeiro eixo de intervenção considerado prioritário, que congrega os desafios na área da educação, das qualificações e do emprego, foram selecionados quatro objetivos estratégicos (v. tabela 1), os quais pretendem abordar alguns dos problemas identificados no mais recente Diagnóstico Social realizado no concelho de Valongo. Entre esses problemas, está o défice de participação e de envolvimento dos/as encarregados/as de educação no processo educativo, a grande quantidade de horas letivas e a falta de tempo livre de crianças e jovens no dia-a-dia, a desarticulação sentida entre a oferta educativa/formativa e o mercado de trabalho, bem como a especialmente difícil integração profissional de pessoas migrantes.

Devido à natureza deste documento, que consiste num plano estratégico cuja implementação caberá ao Município de Valongo e ao conjunto de entidades que colaboram no âmbito da Rede Social, com capacidade de decisão e de intervenção fundamentalmente à escala local, vários problemas identificados previamente não foram considerados nesta estratégia de ação, por se assumir que a sua resolução supera a competência das entidades envolvidas. Entre as questões consideradas pertinentes e que ficaram excluídas deste documento estão:

- A persistência de pessoas desempregadas e com dificuldades na reentrada no mercado de trabalho, em particular na população com mais de 55 anos;
- A manutenção de desigualdades de género no acesso a determinadas profissões, na progressão dentro de algumas carreiras e nos vencimentos praticados;
- A desvalorização das qualificações mais elevadas em alguns setores de atividade, não se refletindo o nível de formação no valor do salário;
- O excesso de horas letivas e de permanência de crianças e jovens dentro do recinto escolar, aliado à dificuldade de conciliação da vida profissional com a vida familiar no caso dos/as encarregados/as de educação.

Outros desafios não foram considerados no presente Plano por se considerar que constituíam matéria para outros planos estratégicos, designadamente na área da Educação. Entre esses desafios estão os melhoramentos físicos dos estabelecimentos educativos, a necessidade de aquisição de equipamento para os mesmos, ou o recrutamento, a capacitação e a valorização dos assistentes operacionais.

A priorização de alguns dos temas incluídos neste eixo de intervenção encontra-se alinhada com as preocupações consubstanciadas em documentos de escala nacional, como o Plano de Ação da Garantia para a Infância.

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Falta de envolvimento dos encarregados/as de educação no processo educativo	E1.01 Promover um maior envolvimento de pais, mães e encarregados/as de educação	E1.01.01 Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais
Excesso de horas letivas e falta de tempo livre de alunos/as	E1.02 Valorizar o direito à infância e promover a aquisição de competências por via do lazer	E1.02.01 Melhorar o acompanhamento a crianças e jovens nos ATL, aumentando o tempo livre
Desarticulação entre a oferta educativa/formativa e o mercado de trabalho relativamente aos jovens que terminam a escolaridade	E1.03 Promover o emprego e apoiar a qualificação e requalificação de trabalhadores/as	E1.03.01 Promover a articulação entre as entidades da área da formação e as que asseguram a empregabilidade, nomeadamente o IEFP, entidades formadoras e associações empresariais
		E1.03.02 Promover as competências de procura de emprego
		E1.03.03 Divulgar formação no âmbito da criação do autoemprego e no desenvolvimento de

		competências em empreendedorismo
		E1.03.04 Promover a integração profissional
Dificuldade de integração de imigrantes no mercado de trabalho	E1.04 Apoiar a integração profissional de pessoas migrantes	E1.04.01 Promover a integração profissional de pessoas migrantes

Tabela 1. Problemas identificados e objetivos do Eixo 1 - Educação, Qualificações e Empregabilidade

4.2. Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma

Relativamente ao segundo eixo de intervenção prioritário, no qual se compilam os desafios na área do envelhecimento da população, na promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma, este plano apresenta seis objetivos estratégicos (v. tabela 2), os quais pretendem abordar alguns dos problemas identificados no mais recente Diagnóstico Social realizado no concelho de Valongo. Entre esses problemas, encontra-se a falta de articulação formal entre o setor da saúde e o setor solidário, as elevadas taxas de utilização de alguns equipamentos destinados à população idosa (bem como a persistência de listas de espera), e ausência ou insuficiência de respostas adequadas para pessoas idosas com demência, a falta de apoio suficiente para cuidadores informais, a desvalorização social do papel da pessoa idosa ou a insuficiência de recursos humanos na área dos cuidados.

Devido à natureza deste documento, que consiste num plano estratégico cuja implementação caberá ao Município de Valongo e ao conjunto de entidades que colaboram no âmbito da Rede Social, com capacidade de decisão e de intervenção fundamentalmente à escala local, vários problemas identificados previamente não foram considerados nesta estratégia de ação, por se assumir que a sua resolução supera a competência das entidades envolvidas. Entre as questões consideradas pertinentes e que ficaram excluídas deste documento estão:

- O progressivo envelhecimento da população residente no concelho de Valongo, refletindo a tendência nacional;
- A baixa taxa de cobertura dos equipamentos existentes destinados à população idosa;

- A dificuldade na obtenção de financiamentos sustentáveis e estáveis ao longo do tempo, para projetos e respostas que não sejam pontuais;
- A excessiva compartimentação nas tipologias de respostas sociais, nem sempre adequadas à grande pluralidade de situações;
- Os níveis de exaustão e incapacidade precoce das pessoas que prestam cuidados à população idosa.

Outros desafios não foram considerados no presente plano por se considerar que constituíam matéria para outros planos estratégicos, designadamente na área da Saúde.

A priorização de alguns dos temas incluídos neste eixo de intervenção encontra-se alinhada com as preocupações consubstanciadas na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável ou na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação.

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Falta de articulação (formal) do setor da saúde com o setor solidário	E2.01 Desenvolver canais de comunicação privilegiados entre a saúde e o setor solidário de apoio à pessoa idosa	E2.01.01 Promover a articulação entre o setor da saúde e o setor de apoio social a idosos/as
Elevadas taxas de utilização e existência de listas de espera nos equipamentos destinados à população idosa	E2.02 Reduzir as listas de espera para equipamentos destinados à população idosa	E2.02.01 Fazer o levantamento das necessidades da população idosa
		E2.02.02 Sensibilizar as entidades para oferecerem respostas sociais mais adequadas às atuais necessidades da população idosa
		E2.02.03 Promover a permanência das pessoas idosas no contexto domiciliário

Falta de respostas adequadas para pessoas idosas com demência	E2.03 Melhorar as respostas específicas para pessoas idosas com demência	E2.03.01 Promover a formação técnica das equipas de profissionais, de modo a aumentar as suas competências na área dos cuidados com pessoas com demência
Falta de apoio para cuidadores informais	E2.04 Melhorar as condições de vida do cuidador informal e da pessoa cuidada	E2.04.01 Aumentar o número de cuidadores com Estatuto do Cuidador Informal e valorizar a sua importância social
		E2.04.02 Capacitar as pessoas cuidadoras para a especificidade do trabalho com a população idosa
		E2.04.03 Promover soluções para o descanso e substituição da pessoa cuidadora através da constituição de uma rede integrada de ajuda
		E2.04.04 Levantamento das necessidades não previstas nas respostas padronizadas e promover apoios específicos e personalizados destinados às pessoas idosas e suas famílias
		E2.05.01 Reforçar as competências técnicas dos/as profissionais

Falta de recursos humanos, desvalorização e desgaste das profissões relacionadas com os cuidados	E2.05 Promover a capacitação de profissionais na área de cuidados à pessoa idosa	que trabalham com a população idosa
		E2.05.02 Valorizar os/as profissionais da área de cuidados à população idosa
Desvalorização social do papel da pessoa idosa na comunidade	E2.06 Desconstruir uma visão estereotipada da velhice	E2.06.01 Promover uma relação mais humanizada e a partilha de valores na comunidade
		E2.06.02 Promover o envelhecimento ativo

Tabela 2. Problemas identificados e objetivos do Eixo 2 – Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma

4.3. Integração e coesão social de populações especialmente vulneráveis

Os problemas específicos de algumas populações especialmente vulneráveis são o ponto de partida do terceiro eixo de intervenção prioritário (v. tabelas 3 a 8). Como populações especialmente vulneráveis consideram-se as pessoas com doença do foro psicológico ou mental, as pessoas em situação de sem-abrigo, as vítimas de violência doméstica ou de género, as pessoas com diversidade funcional, a população em situação de dependência ou as pessoas migrantes.

Entre os problemas que resultaram em objetivos estratégicos para os próximos quatro anos, encontra-se a dificuldade de fixação de recursos humanos no setor dos cuidados, a limitada capacidade de investimento na expansão da capacidade das respostas sociais existentes, a falta de acesso ou insuficiência no apoio alimentar e medicação, a dificuldade de acesso à habitação, a insuficiente atenção prestada à saúde mental no contexto das políticas sociais, o aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo, a persistência da violência doméstica como um problema social e de segurança de primeira ordem, a dificuldade de acesso aos benefícios previstos no Estatuto do Cuidador Informal, a manutenção da discriminação contra pessoas com diversidade funcional ou a dificuldade de integração social das pessoas migrantes.

Devido à natureza deste documento, que consiste num plano estratégico cuja implementação caberá ao Município de Valongo e ao conjunto de entidades que colaboram no âmbito da Rede Social, com capacidade de decisão e de intervenção fundamentalmente à escala local, vários problemas identificados previamente não foram considerados nesta estratégia de ação, por se assumir que a sua resolução supera a competência das entidades envolvidas. Entre as questões consideradas pertinentes e que ficaram excluídas deste documento estão:

- A dificuldade na obtenção de financiamentos sustentáveis e estáveis ao longo do tempo, para projetos e respostas que não sejam pontuais;
- A demora no reembolso de projetos cofinanciados.

A priorização de alguns dos temas incluídos neste eixo de intervenção encontra-se alinhada com as preocupações consubstanciadas na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação, na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência ou na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030².

Objetivos transversais às diversas populações especialmente vulneráveis

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Dificuldade de fixação de recursos humanos no setor dos cuidados	E3.01 Melhorar as condições de trabalho dos recursos humanos do setor solidário	E3.01.01 Conhecer as reais necessidades de recursos humanos das entidades
		E3.01.02 Aumentar os recursos humanos no setor solidário
		E3.01.03 Fixar os recursos humanos, valorizando os/as profissionais do setor solidário
		E3.02.01

² A Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 foi aprovada por meio da Resolução de Conselho de Ministros n.º 184/2021.

Limitada capacidade de investimento na expansão da capacidade das respostas sociais existentes	E3.02 Maximizar a eficácia das respostas sociais	Aumentar/adaptar a capacidade de resposta dos equipamentos sociais e diversificar as tipologias de resposta
		E3.02.02 Promover a diversificação das fontes de financiamento das IPSS
Falta de integração e articulação de cuidados	E3.03 Consolidar uma maior articulação entre a saúde e entidades do setor solidário	E3.03.01 Promover a articulação entre entidades do setor solidário e a saúde
Falta de acesso ou insuficiência no apoio alimentar e medicação, essencialmente em situações emergentes	E3.04 Aumentar o apoio a pessoas e famílias vulneráveis	E3.04.01 Efetuar a sinalização de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social
		E3.04.02 Reduzir o número de pessoas com carência alimentar
		E3.04.03 Reduzir o número de pessoas sem acesso a medicação
Dificuldade de acesso à habitação	E3.05 Assegurar o acesso à habitação da população vulnerável	E3.05.01 Promover medidas que facilitem o acesso à habitação

Tabela 3. Problemas identificados e objetivos transversais às diversas populações especialmente vulneráveis

Objetivos associados à saúde mental

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Insuficiente atenção prestada à saúde mental no conjunto das políticas sociais	E3.06 Aumentar a qualidade das respostas sociais a pessoas com doença mental	E3.06.01 Aumentar os níveis de literacia em saúde mental para a comunidade
		E3.06.02 Aprofundar a integração do tema da saúde mental nas respostas sociais
		E3.06.03 Alargar o número de respostas na área da saúde mental

Tabela 4. Problemas identificados e objetivos na área da saúde mental

Objetivos associados à população em situação de sem-abrigo

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Aumento do número de pessoas em situação de sem-abrigo e incapacidade de resposta por parte das entidades	E3.07 Melhorar as condições de vida das pessoas em situação de sem-abrigo	E3.07.01 Desenvolver uma maior eficácia na resposta às pessoas em situação de sem-abrigo

Tabela 5. Problemas identificados e objetivos associados à população em situação de sem-abrigo

Objetivos associados à violência doméstica e de género

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Desarticulação entre as entidades na intervenção sobre violência doméstica e de género	E3.08 Desenvolver uma atuação coordenada que vise potenciar a intervenção na problemática da violência doméstica e de género	E3.08.01 Promover uma articulação eficaz entre as várias entidades que intervêm na violência doméstica e de género
Provável subestimação das situações de violência doméstica sobre pessoas seniores		E3.08.02 Sensibilizar as pessoas seniores para a identificação de situações de violência
Ausência de respostas específicas na intervenção junto das pessoas agressoras		E3.08.03 Criar respostas específicas para intervenção junto das pessoas agressoras
Aumento de casos de violência no namoro		E3.08.04 Sensibilizar a população jovem para a problemática da violência no namoro
Dificuldade no acesso a informação e a acompanhamento psicológico para pessoas com questões relacionadas com identidade de género		E3.08.05 Promover o acesso a informação e a acompanhamento psicológico a pessoas com questões relacionadas com identidade de género

Tabela 6. Problemas identificados e objetivos na área da violência doméstica e da identidade de género

Objetivos associados à população com diversidade funcional ou em situação de dependência

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Dificuldade de integração social das pessoas com diversidade funcional	E3.09 Implementar uma intervenção concertada com vista a melhorar a qualidade de vida das pessoas com diversidade funcional e suas famílias	E3.09.01 Promover a integração social e profissional da população com diversidade funcional
Persistência de discriminação das pessoas com diversidade funcional		E3.09.02 Promover a tolerância face à diversidade funcional
Risco de desproteção crescente das pessoas com deficiência, por envelhecimento dos seus cuidadores		E3.09.03 Promover a proteção das pessoas com deficiência ao longo da vida

Tabela 7. Problemas identificados e objetivos associados à população com diversidade funcional ou em situação de dependência

Objetivos associados às pessoas migrantes

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Dificuldade de integração social das pessoas migrantes	E3.10 Promover boas práticas de integração e participação ativa da população migrante	E3.10.01 Assegurar a integração efetiva das pessoas migrantes

Tabela 8. Problemas identificados e objetivos associados às pessoas migrantes

4.4. Cidadania, organizações e trabalho em rede

Os problemas e desafios relacionados com a cidadania, o trabalho em rede e a colaboração interinstitucional conhecem uma proposta de estratégia no quarto eixo de intervenção prioritária (v. tabela 9). Entre os problemas que resultaram em objetivos estratégicos para os próximos quatro anos está a dificuldade na intervenção integrada e complementar da Rede Social, o desconhecimento em tempo real dos recursos disponíveis por parte dos/as técnicos/as, o pouco conhecimento da comunidade sobre o trabalho da Rede Social ou a necessidade de aumentar os níveis de participação e cidadania ativa no concelho de Valongo.

Problemas	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
Dificuldade na intervenção integrada e complementar da Rede Social	E4.01 Consolidar uma cultura de articulação interinstitucional	E4.01.01 Reforçar o compromisso das entidades parceiras com a Rede Social
		E4.01.02 Promover a eficiência e a operacionalidade do trabalho em rede
Desconhecimento, em tempo real, dos recursos disponíveis por parte dos/as técnicos/as		E4.01.03 Aumentar a eficácia na partilha de informação
Pouco conhecimento da comunidade sobre o trabalho da Rede Social		E4.01.04 Divulgar o trabalho desenvolvido pela Rede Social
Necessidade de promover a cidadania ativa no concelho de Valongo		E4.01.05 Promover a cidadania ativa no concelho

Tabela 9. Problemas identificados e objetivos do Eixo 4 – Cidadania, organizações e trabalho em rede

Capítulo 5. Avaliação e monitorização do Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valongo traça o enquadramento para a atuação das várias entidades com intervenção social no território ao longo de 5 anos. Nesse período de implementação, o Plano deverá ser objeto de avaliação e monitorização.

A avaliação e monitorização do Plano de Desenvolvimento Social (e, simultaneamente, do Plano de Ação) consistem em processos e ações que visam o controle da sua implementação, identificando possíveis desvios face à intervenção prevista, registando esses desvios e reagindo-lhes no sentido de permanente correção e atualização das medidas de intervenção.

O Plano de Desenvolvimento Social deverá estar sujeito a procedimentos de avaliação e monitorização contínuos, devendo o seu conteúdo ser objeto de alteração sempre que as transformações da realidade, ao nível de cenários, indicadores e recursos disponíveis, assim o recomendarem, salvaguardando o cumprimento dos objetivos nele inscritos.

A monitorização assume-se como uma componente inalienável do próprio processo de implementação de qualquer plano ou política pública, constituindo simultaneamente uma ferramenta de apoio à intervenção e ao planeamento. Este procedimento deve construir pensamento sobre os resultados da intervenção, os seus êxitos e dificuldades de implementação, aferindo a sua conformidade face às expectativas, tendo igualmente em consideração o grau de envolvimento e compromisso das entidades responsáveis pela prossecução dos objetivos definidos.

Essa monitorização caberá ao Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, cujos intervenientes são, simultaneamente, responsáveis pela gestão e execução do próprio Plano de Desenvolvimento Social.

Recomenda-se a elaboração de um relatório de monitorização da implementação do Plano de Desenvolvimento Social e do Plano de Ação a meio do seu período de vigência (2 a 3 anos), bem como um relatório de avaliação desses documentos no fim desse período.

Considerações finais

Enquanto no Diagnóstico Social do Concelho de Valongo 2024 foi analisado um conjunto vasto de fontes de informação e se traçou o retrato do território e da comunidade na sua complexidade social, identificando os principais desafios, problemas e necessidades de intervenção, no Plano de Desenvolvimento Social 2024-2028 os atores sociais foram convocados a refletir sobre a realidade, a validar os principais problemas identificados e a construir soluções para um desenvolvimento social desejável.

Deste modo, assumindo como ponto de partida os resultados do Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Valongo foi elaborado segundo uma metodologia de auscultação e participação ativa das entidades parceiras da Rede Social.

O primeiro dos eixos de intervenção prioritária abordado destaca os desafios da educação, qualificações e empregabilidade. No âmbito deste eixo, a promoção de um maior envolvimento de encarregados/as de educação no processo educativo ou a valorização da liberdade e autonomia das crianças e jovens nos tempos livres são objetivos estratégicos a considerar, paralelamente à promoção do emprego, da articulação entre o mercado de trabalho e as entidades de formação profissional e, de um modo geral, a integração profissional.

Consideram-se objetivos estratégicos prioritários, no contexto dos desafios do envelhecimento, da saúde e do bem-estar, a melhoria da articulação entre os setores solidário e da saúde, a redução das listas de espera em equipamentos destinados às pessoas idosas, a promoção de melhores respostas (e mais específicas) para a população com demência, a capacitação dos/as profissionais, a garantia de direitos às pessoas cuidadoras e a valorização do papel da população idosa numa sociedade inclusiva, integradora e plural.

No que respeita às populações especialmente vulneráveis, um conjunto de objetivos estratégicos surgem transversais, entre os quais a valorização de profissionais, a ampliação da capacidade de resposta dos equipamentos, a diversificação das fontes de financiamento ou a crescente integração dos cuidados. A saúde mental deve ser atendida como uma prioridade de intervenção, no sentido do aumento dos níveis de literacia em saúde mental por parte de toda a comunidade. Ao nível da resposta às pessoas em situação de sem-abrigo ou às vítimas de violência doméstica, a estratégia passa por melhorar a eficácia da intervenção e a articulação entre as diversas entidades que operam no território. Entre os objetivos específicos associados às populações com diversidade funcional ou em situação de dependência, a promoção da implementação plena do Estatuto do Cuidador Informal deve ser destacada, a par da promoção da tolerância na comunidade ou da integração social e profissional dos indivíduos. A integração social efetiva é também a preocupação central no que respeita às pessoas migrantes.

Relativamente à cidadania, organizações e trabalho em rede, destaca-se o objetivo de reforçar o compromisso das entidades parceiras, de aumentar o conhecimento existente na comunidade sobre o trabalho em rede das várias instituições e, ainda, o de diversificar os instrumentos de participação e escuta ativa da cidadania.

A monitorização e avaliação da implementação deste Plano de Desenvolvimento Social, concertadas com a monitorização e avaliação relativas ao Plano de Ação, constituem componentes fundamentais da intervenção. Estes documentos deverão ser continuamente adaptados em função das transformações do tecido social, das alterações nos meios mobilizáveis pelas diversas entidades e da reflexão sobre a validade, pertinência e prioridade dos objetivos estratégicos e medidas de ação definidos. A elaboração de um novo Diagnóstico Social do Concelho de Valongo, findo o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social, auxiliará a compreensão sobre os resultados da atuação concertada da Rede Social.

Fontes de informação

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho

Anexos

Anexo 1 - Lista de entidades do CLAS de Valongo

ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde

ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria

AGITO - Formação e Serviços

Agrupamento de Escolas de Alfena

Agrupamento de Escolas de Campo

Agrupamento de Escolas de Ermesinde

Agrupamento de Escolas de Valongo

Agrupamento de Escolas de São Lourenço

Agrupamento Vertical Vallis Longus

AIEV - Associação Industrial e Empresarial de Valongo

Associação de Promoção Social do Calvário

Associação de Promoção Social e Cultural de Ermesinde

Associação de Socorros Mútuos e Fúnebres do Concelho de Valongo

Associação Viver Alfena

Câmara Municipal de Valongo

Casa do Povo de Ermesinde

Cenfim - Núcleo de Ermesinde

Centro Paroquial e Social de S. Martinho de Campo

Centro Social de Ermesinde

Centro Social e Paroquial de Alfena

Centro Social e Paroquial de St.º André de Sobrado

Com Alma - Associação Não Governamental pelos Direitos Humanos

Cruz Vermelha Portuguesa - delegação Gondomar/Valongo

Conselheira e Conselheiro Local para a Igualdade de Género

Consultamega – consultoria e formação, Lda.

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Equipa Porto Penal 4

EDUCASOM - Associação de Artes e Cultura

Fundação Allamano

Grupetto Música - Associação Cultural

Grupo Dramático e Recreativo da Retorta

Guarda Nacional Republicana

ICAD, I.P. - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências - CRI Porto Oriental –
Consulta Descentralizada de Valongo

Idade dos Afetos, LDA.

IEFP – Centro de Emprego de Valongo

Instituto Bom Pastor “Haurietis Aquas”

Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital do Porto - Serviço Local de Ação Social de
Valongo

I. Sense – Centro de Desenvolvimento Infantil

Lar Marista de Ermesinde

Mais Valongo - Associação de Apoio à Comunidade

Passo Positivo

Presidente da Junta de Freguesia de Alfena

Presidente da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado

Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde

Presidente da Junta de Freguesia de Valongo

Profival – Ensino e Formação Profissional, Lda.

PSP - Divisão Policial da Maia

Santa Casa da Misericórdia de Valongo

ULS – Unidade Local de Saúde São João

Anexo 2 - Entidades participantes nas sessões de *Design Thinking*

Grupo I - Qualificações e Empregabilidade (06/02/2024)

Instituto de Emprego e Formação Profissional

ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde

Centro Social de Ermesinde

CENFIM

ÁGITO

Grupo II – Envelhecimento, promoção da saúde, do bem-estar e da vida autónoma (07/02/2024)

Representante das IPSS no Núcleo Executivo do CLAS Valongo

Câmara Municipal de Valongo - Divisão de Ação Social e Envelhecimento Ativo

Projeto ECCOS

Centro Social de Alfena

Quinta Sénior do Carquejal

Casa do Povo de Ermesinde

Associação de Promoção Cultural de Ermesinde

Centro Social de Ermesinde

Centro Social e Paroquial de Santo André de Sobrado

Grupo III - Educação (07/02/2024)

Representante das Escolas no Núcleo Executivo do CLAS Valongo

Câmara Municipal de Valongo - Divisão de Recursos Educativos

Câmara Municipal de Valongo – Divisão de Juventude

Agrupamento de Escolas de Ermesinde

Jardim de Infância do Centro Social de Ermesinde

Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Valongo

Centro de Acolhimento Mãe d'Água

Grupo IV - Populações especialmente vulneráveis (08/02/2024)

Representante da Segurança Social no Núcleo Executivo do CLAS Valongo

Associação Viver Alfena – Escola do Xisto

Associação Viver Alfena – Projeto VALIDDA

I-SENSE

ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde

Centro Social e Comunitário da Cidade de Ermesinde

Lar Marista

Centro Social de Alfena

Câmara Municipal de Valongo - Divisão de Ação Social e Envelhecimento Ativo

Câmara Municipal de Valongo - Divisão de Saúde

Câmara Municipal de Valongo - Divisão de Inovação Social

Câmara Municipal de Valongo – Gabinete Primeiro Passo – Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

ULS – Unidade Local de Saúde São João

ICAD, I.P. - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências - CRI Porto Oriental – Consulta Descentralizada de Valongo

Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação Gondomar/Valongo

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Interlocutoras do SAAS

Junta de Freguesia de Alfena

Junta de Freguesia de Valongo

Centro Social de Ermesinde – Centro Comunitário

Associação Passo Positivo